



Revista Brasileira de Ciências Sociais

ISSN: 0102-6909

anpocs@anpocs.org.br

Associação Nacional de Pós-Graduação e

Pesquisa em Ciências Sociais

Brasil

Coelho dos Santos, Francisco; Petersen Cypriano, Cristina

Redes sociais, redes de sociabilidade

Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 29, núm. 85, junio, 2014, pp. 63-78

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10731727005>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

REDES SOCIAIS, REDES DE SOCIALIZAÇÃO

**Francisco Coelho dos Santos
Cristina Petersen Cypriano**

A agregação de algumas centenas de milhões de indivíduos em redes sociais na internet não apenas constitui um fenômeno sem precedentes, como também se encontra em processo de intensificação. Cresce o número de usuários que se espalham pela superfície do planeta na mesma medida em que aumenta a presença dessas redes na vida cotidiana deles. A novidade que aí se coloca propõe ao entendimento acadêmico desafios que não encontram respostas satisfatórias nos esquemas explicativos apropriados a outros tipos de fenômenos agregadores. O presente trabalho aceita o desafio e procura se aproximar das novas formas de vida social experimentadas nessas redes a partir do modo como nelas se manifesta a sociabilidade. Para tanto são exigidos recursos metodológicos diversos que permitam um aprofundamento da análise, de modo que os tópicos aqui abordados se

Artigo recebido em 24/05/2012

Aprovado em 26/02/2014

baseiam em estudos sobre o tema, em documentos que definem marcos conceituais, em dados secundários, em observação sistemática e em análises comparativas.

De fundamental importância para o desenvolvimento do estudo é a concepção simmeliana de sociabilidade como uma “forma pura” de ação recíproca (Simmel, 1983). Trata-se, evidentemente, de uma apropriação “ideal-típica” – nos termos de Weber (2004) – que fizemos dessa concepção. Nesse sentido, a noção de ação recíproca, que na sociabilidade é tomada como forma pura, diz respeito à interferência mútua das ações de indivíduos em interação. Como a própria expressão sugere, trata-se de algo mais que a simples coexistência de ações paralelas. A ação recíproca implica em um influxo mútuo de vida, de maneira que ocorre dentro de certas formas acordadas e assimiladas como sendo comuns a uma determinada composição de coletivo (Simmel, 1999).

Num primeiro momento, a atenção se volta para a novidade que vem sendo configurada na apropriação pelos usuários das funcionalidades e dos serviços recentemente disponíveis na web. O que está em jogo aqui é a mudança na utilização da web, que passa de uma ênfase prioritariamente *instrumental* para uma amplamente *relacional*. Em seguida, o foco volta-se para a forma da *sociabilidade* que se desenvolve no contexto dessa web relacional. Observam-se, então, as dinâmicas interacionais que transcorrem nas redes sociais *on-line*, em particular no Facebook. De tais observações decorre o terceiro passo do estudo, quando é feita a análise das repercussões dessa nova sociabilidade para os integrantes das redes, no que tange aos novos modos de expressão de si, à redefinição das fronteiras entre o público e o privado e à própria experiência da individualidade.

Da web instrumental para a web relacional

A novidade costuma chegar com passos de pomba, no mais das vezes de mansinho, silenciosamente e sem alarde, como que pé ante pé. De resto, são bem raros os acontecimentos que deixam atrás de si os rastros ostensivos do “nada será como antes”. Essa descrição traz algumas consequências importantes. Uma delas é que vai-se mudando sem saber que se está mudando, quase sempre sem sequer sentir a mudança. A percepção mais nítida da novidade só aponta de fato quando encorpam as controvérsias sobre seus primeiros indícios ou sobre seus primeiros efeitos. Frequentemente, até seu estatuto é objeto de incerteza: trata-se efetivamente de algo inédito ou não é senão o mais recente avatar do já existente? Ainda assim, mesmo quando as evidências de sua chegada se avolumam, tem-se enorme dificuldade em discernir nela o novo, aceitá-lo como singular e, com mais forte razão, visualizar suas feições, avaliar suas implicações. Aquilo que desde meados da década passada vem sendo chamado de web 2.0 é disso um bom exemplo.

Resistente a uma definição que seja a um só tempo concisa e precisa, a web 2.0 não é exatamente uma única tecnologia, mas um conjunto de softwares, de serviços e de funcionalidades reunidos e

interligados de tal modo que constituem uma plataforma. Como se sabe, plataforma é um ambiente computacional cuja infraestrutura tecnológica é capaz de assegurar a facilidade de integração dos diversos elementos que compõem tal infraestrutura (O'Reilly, 2005). No caso presente, se está lidando com uma plataforma de interação capaz de engendrar coletivos *on-line*, razão pela qual ela também já foi chamada de *web relacional* (Gensollen, 2010), termo de qualificação pleonástica – uma vez que é central para o chamado “paradigma das redes” (Boltanski e Chiapello, 2009) a valorização das propriedades relacionais em detrimento do que é próprio às entidades relacionadas –, necessário, entretanto, como se verá adiante.

Com efeito, a web 2.0, eventualmente chamada de segunda geração da internet, é basicamente caracterizada pela participação dos usuários, pela sua abertura para utilização e pelos efeitos de rede que produz. A participação se dá por meio de um sistema que estimula as relações, os compartilhamentos e as trocas entre os internautas, isto é, um sistema que incita a colaboração de quem quer que esteja disponível para entrar em interação com outros por intermédio da plataforma. Esse uso da plataforma fomenta aquilo que já tem sido chamado de “cultura da participação” (Shirky, 2010), “cultura expressiva” (Allard, 2007; Tufekci, 2008) ou “cultura participativa” (Jenkins, 2008), para citar apenas três das muitas expressões em voga entre os analistas do fenômeno, envolvendo as ideias de troca, compartilhamento e colaboração.

Não é supérfluo dizer que a ideia de colaboração aparece como característica de uma nova tendência cultural que emerge nas redes sociais *on-line*. A rigor, existe colaboração desde que existe divisão social do trabalho, entretanto, ela aparece sob novas configurações quando agenciada com os recursos das tecnologias em rede. Mesmo na web, a colaboração é realizada de maneiras muito diversas, na medida em que é sustentada por diferentes modelos tecnológicos. Algumas dinâmicas colaborativas típicas da internet exigem a presença de especialistas na manipulação dos bancos de dados. Eles podem ser remunerados para isso ou se envolver voluntariamente em processos de mediação. Existem, por sua vez, tecnologias que programam padrões para

agregar dados do usuário e gerar valor pelo simples uso de um aplicativo – é o caso do modelo inaugurado pela Napster, que utiliza o compartilhamento P2P, ou seja, ponto a ponto, pessoa a pessoa, indivíduo a indivíduo.

Diferentemente dos softwares que habitavam as máquinas quando os computadores pessoais ainda não eram interligados em rede, o que é típico da plataforma 2.0 é justamente a abertura não só para o uso dos programas que ela combina, como ainda para o desenvolvimento dos aplicativos de que ela é formada. Por fim, os efeitos de rede são o resultado da potência e da eficácia da conectividade; são eles que fazem crescer o valor de um produto ou serviço em consequência do aumento do número de usuários: usuários acrescentam valor na forma dos conteúdos que agregam à plataforma (Boyd, 2008). Não deixa de ser notável que os *user generated contents*, como os denominam os anglófonos, sejam frequentemente uma contribuição espontânea, de grande qualidade e de muita utilidade para muitos indivíduos – a exemplo da Wikipédia. Além do mais, caminha na contracorrente de uma economia que se funda na noção de raridade. Esse modelo de contribuição, em todo caso, não sofre desgaste por sua utilização. Ao contrário, pode ser melhorado graças à intervenção dos usuários (Santos e Cypriano, 2011).

Enquanto no mundo físico é válido o princípio de conservação, no mundo dos bits isso perde seu fundamento, pois a totalidade daquilo que é digitalmente produzido pode aumentar indefinidamente. As trocas em torno de conteúdos digitais podem ser realizadas sem que para isso seja exigido algum modo de expropriação, de tal maneira que os produtos digitais resultantes dos efeitos de rede se mostram tributários do *excesso* e não da falta. Daí a necessidade de potentes sistemas de filtragem – desde aqueles sistemas com ênfase tecnológica, como é o caso do muito utilizado buscador Google, até as dinâmicas mais propriamente “sociais”, como ocorre no compartilhamento de experiências pessoais.

Sucede que, desde meados da primeira década do milênio, os indivíduos têm à sua disposição um conjunto de dispositivos digitais cujo ajustamento é de operação bastante intuitiva e que convida seus usuários ao uso coletivo ou, ao menos, em condições de partilha. Em outras palavras, desde então,

os usuários da web podem tomar para si e explorar esse agrupamento de dispositivos bem adaptados ao uso repartido, que estimula a troca e a criação de conteúdos integrados e de interesse comum. Os internautas apropriaram-se e vêm fazendo uso desses dispositivos. Nessas condições nasceram os blogs, os wikis, os sites de redes sociais (tais como o Facebook ou o Google+), os sites de compartilhamento de músicas, imagens e vídeos (tais como o Flickr ou o YouTube), da mesma forma que alguns outros serviços e funcionalidades que estimulam a colaboração bem como a atividade coletivamente executada, como os já citados sistemas *peer to peer*. Por conseguinte, se, por um lado, o desenvolvimento das tecnologias digitais produziu plataformas relacionais, isto é, ambientes informacionais adequados à coparticipação, por outro, os usuários dessas tecnologias encarregaram-se de criar modos originais de utilização delas por uma contribuição ativa nos processos que se apresentavam a eles ou nos processos que eles inventavam.

Nesse ponto é preciso evitar qualquer mal-entendido. Não é inútil insistir no fato de que, via de regra, as tecnologias não fazem senão o que seus usuários as fazem fazer no momento em que se apropriam delas. É evidente que, como observou Latour (2005), os usuários podem, eles próprios, de maneira recorrente, ser provocados a agir de modo inesperado pela intervenção dos aparatos tecnológicos. Entretanto, exclusivamente por suas próprias capacidades, as tecnologias nada fazem, podendo mesmo ser utilizadas de maneiras muito diversas e com objetivos os mais distintos. Desse modo, aparecem os primeiros indícios do enfraquecimento de certos pares dicotômicos outrora tão sólidos quanto incontornáveis. Dicotomias que foram terminantemente desequilibradas e perderam todo ou quase todo o sentido de alguns anos para cá, desde que se impôs uma web relacional. Tal é o caso dos pares de opostos que punham frente à frente produtor e consumidor ou emissor e receptor, bem como o autor e o leitor ou o usuário ativo e o passivo, mas também a autoridade hierarquizada e a competência distribuída ou o profissional e o amador.

Nos últimos tempos, as facilidades operacionais que a internet oferece aos internautas potencializam o estabelecimento de múltiplas formas

de relação entre eles no interior de plataformas de interação *on-line*. Isso se associa às apropriações dessas operacionalidades para fins de participação, colaboração e utilização compartilhada, o que tem mudado o perfil da web de maneira significativa. Todavia, para além das novidades tecnológicas que contribuem decisivamente para a construção de novos quadros de referência para as ações individuais e/ou coletivas, as dinâmicas que se encontram em operação nesses quadros são primordialmente sociais e culturais.

Antes, a utilização da rede era fundamentalmente instrumental, isto é, ela era usada principalmente como instrumento para atividades – por exemplo, colheita e difusão de informação, tratamento e transmissão de dados, textos, sons ou imagens, pesquisa e aprendizado –, quando não era usada como um cômodo meio de consumo. Agora, a ênfase nos operadores de participação coletiva e de colaboração entre os indivíduos tem feito com que os traços fortes de uma *web instrumental* se atenuem em benefício dos de uma *web social*. Isso se dá na mesma medida em que o caráter de ferramenta útil da internet muito rapidamente tem cedido espaço a um caráter de utilização dela cujo traço distintivo é a formação de coletivos organizados sob o modo das redes sociais.¹ Coletivos que possuem a configuração de redes sociais *on-line*, das quais o Facebook talvez seja emblemático. A perda de vigor do utilizador passivo da web de primeira geração dá oportunidade à manifestação de um agente característico da web 2.0, ou seja, menos utilitarista e mais interativo, participativo, colaborativo.

Naturalmente, a entrada em cena dos dispositivos móveis e, com eles, a disseminação da informática ubíqua e da internet móvel, outra coisa não fizeram que intensificar essa mudança de ênfase na natureza da rede. O que se observa é um indivíduo que tende a estar cada vez mais tempo conectado – *always on*, como querem os anglófonos –, em comunicação constante com aqueles com quem mantém relações, com as redes sociais de que participa, usando a conectividade recentemente adquirida para informar seus pares ou seus amigos sobre o que se passa com ele e no seu entorno, não raro com a riqueza de detalhes possíveis tão somente às testemunhas oculares. Trata-se de modos de com-

partilhamento que intervêm na forma de dar significado ao mundo, uma vez que nesse caso o exercício cotidiano de “fazer sentido é orientado para os outros” (Lash, 2001, p. 110, grifo no original).

É interessante observar, além disso, que a denominação web 2.0 não se impôs senão após uma controvérsia, cujos ecos ainda podem ser ouvidos nos dias que correm. Sucede que, em ciência da computação ou em engenharia de software, o índice numérico que acompanha o nome de um documento qualquer – um software, por exemplo – é um sistema de codificação que tem por finalidade controlar e acompanhar a evolução do documento ao qual se refere; em outras palavras, ele pretende dar conta de uma história e um desenvolvimento. Esse sistema de controle de versão seria para muitos, e muitos entre os mais críticos, inadequado à denominação em apreço, não só porque uma plataforma não é apenas um documento ou um software, como também porque não houve um desenvolvimento em fases que permitisse falar de web “1.1”, “1.2”, “1.3” e assim por diante; não houve um desenvolvimento que pudesse, portanto, ter como etapa mais recente a web 2.0.

Essa designação terminou, contudo, por se estabelecer de maneira mais ou menos definitiva, criando uma situação curiosa: com frequência a rede que conhecíamos anteriormente, a *web instrumental*, ganhou aqui e ali a qualificação de *web 1.0*. Trata-se nessa situação do que se poderia chamar de *atraso originário* (Derrida, 1967b, p. 302). Aqui a segunda não é aquela que vem depois da primeira, na qualidade de sua sucessora ou herdeira, prolongar uma linhagem. Ela é, antes, essa retardatária que permite por suas próprias capacidades que a primeira seja primeira. Eis porque seu atraso é originário. Por intermédio da potência desse atraso, ela dá à primeira as condições de sê-lo: ela é, de alguma maneira e paradoxalmente, quem vem primeiro, antes mesmo da primeira. Daí vem sua originalidade. Para a análise social do fenômeno, a concepção de atraso originário ajuda a esclarecer a infertilidade das abordagens que procuram na primeira a explicação da segunda, isto é, que procuram entender a *web social* a partir da *web instrumental*. A *web social* é, com efeito, aquela que chegou com passos de pomba, “silenciosamen-

te, por assim dizer, despercebida pelos sociólogos, que, sem questionar, continuam a coletar dados de acordo com as antigas categorias” (Beck, Giddens e Lash, 1995, p. 14).

As novidades que ela traz não param, no entanto, por aí, e sua avaliação não deve ser contaminada pelos debates infecundos entre tecnófilos e tecnófobos. É evidente que seria inteiramente improdutivo para os fins dessa pesquisa deter-se na polêmica que opõe os que pensam que a internet acentua a atomização moderna dos indivíduos aos que apostam com segurança e ardor no caráter agregador das comunidades que a rede contribui para formar. Não seria menos estéril repisar nas discussões entre uns e outros sobre os riscos de fratura dos laços sociais eventualmente produzidos pela disseminação do uso da internet no seio das sociedades modernas. Eis porque se mostra mais produtiva a investigação que toma as diversas modalidades da web social para tentar entender quais implicações elas têm na produção de práticas relacionais inovadoras.

Não se deve deixar de levar em conta também os efeitos que as novidades em questão provocam no que estamos habituados a pensar, nas ciências sociais, como característico do indivíduo ou da individualidade, do sujeito e das ressonâncias que elas têm para o que chamamos de sua subjetividade; ou a indagação sobre as relações entre o público e o privado num contexto em que todas as facilidades são concedidas aos membros das redes sociais para o exercício de novos modos de expressão de si; ou, ainda, a busca de compreensão das possíveis transformações que tais modalidades engendram no que denominamos sociabilidade, frequentemente pensada como ancorada apenas nas relações face a face.

As múltiplas questões a serem consideradas justificam-se pelo fato de que a web social admite uma grande quantidade de sites com perfis bastante distintos. Tanto há os serviços de trocas entre amigos ou entre amigos dos amigos, como há os que se fundam nas comunidades de gosto, de preferência ou de interesse. Tanto há plataformas de compartilhamento de produções que emanam dos membros da plataforma ou de mundos virtuais compartilhados, como há aquelas onde a partilha de interesses comuns e a troca de informações sobre eles constituem a tônica das relações entre os participantes. E

essas novidades têm enorme repercussão sobre os indivíduos e suas relações. A esse propósito, deve-se dar atenção ao fato de que não somente as diferentes plataformas criam diferentes ambientes relacionais, como dão origem a maneiras diversas de enredamento dos membros conforme o estatuto dos indivíduos que se ligam, a natureza dos laços que os unem, o número de contatos que elas possibilitam ou a frequência das trocas que elas fomentam. Em qualquer hipótese, todavia, nos sites de rede social, toda troca de informação é troca entre usuários do site, isto é, entre membros da rede social.

A sociabilidade em rede

Algumas das principais implicações da web social evidenciam-se uma vez identificados certos traços distintivos entre uma variedade de formas pelas quais os frequentadores das plataformas exercem a abertura e a colaboração.² Um primeiro traço distintivo pode ser notado entre os sites que abrigam as redes sociais e aqueles que, a exemplo do precursor Napster, do Kazaa e do 4shared, entre tantos outros, são conhecidos como “sites de compartilhamento”. Estes últimos absorvem, cada um a seu modo, um modelo de colaboração que marcou fortemente o começo do compartilhamento P2P. São serviços providos portadores de uma ampla mediação tecnológica capaz de conectar seus usuários por meio de *uploads* e *downloads* de conteúdos digitalizados, principalmente músicas, mas também, textos, fotos, vídeos. Essa forma de partilha pode ser definida pelo caráter implícito da colaboração, ainda que se trate de uma subjetância vital para a continuidade das trocas. Mesmo porque os sites de compartilhamento são fiéis aos efeitos de rede e se tornam tanto mais interessantes e eficazes quanto mais são os usuários envolvidos. O notável nesses casos, entretanto, não diz respeito apenas ao potencial criador do uso, mas também e acima de tudo ao fato de que o uso se dá pela colaboração, ainda que seja uma colaboração “às cegas”, em que se poderia ignorar a participação dos outros não fosse por uma avaliação da qualidade dos conteúdos em jogo. Realiza-se, desse modo, uma curiosa fusão entre os princípios que regem a web social e

aqueles que definem a web instrumental. Fusão que se desfaz nos sites das redes sociais, onde o interesse instrumental dá lugar à crescente criação de laços sociais. O compartilhamento P2P assume configuração inteiramente outra, na medida em que a colaboração se torna explícita e exige um mínimo de exposição dos indivíduos que a realizam, assim como um mínimo de domínio das complexas formas pelas quais podem se dar as relações sociais.

Impossível negligenciar a inserção da complexa dinâmica da vida social no âmbito da colaboração que se processa através das plataformas tecnológicas. Uma atenta análise realizada no Facebook permite observar o quanto isso implica em uma profunda alteração no que concerne ao comprometimento dos indivíduos que se envolvem nos processos. Os ares instrumentais que a troca assume nos sites de compartilhamento muito se devem à prevalência de “compromissos sem rosto”, para usar os termos de Giddens (1991) e Goffman (2010). A mediação tecnológica sustenta um ambiente de pura impessoalidade, onde os conteúdos da partilha operam como uma espécie de “fichas simbólicas”, ou seja, como “meios de intercâmbio que podem ser ‘circulados’ sem ter em vista as características específicas dos indivíduos ou grupos que lidam com eles em qualquer conjuntura particular” (Giddens, 1991, p. 30). Tal impessoalidade é incompatível com as dinâmicas que são próprias às redes sociais *on-line*. Isso ainda era costumeiro nos antigos sites de chats, de encontros e de fóruns de discussão, onde os usuários tinham participação anônima. Eram sites de participantes “sem nome” e “sem rosto”, o que fomentava a criação de *nicknames* (ou apelidos, codinomes), de notícias falsas e de outras mentiras. O mesmo não se aplica aos recentes sites da web social, onde nomes e imagens dos envolvidos são centrais para a formação de coletivos.

A intensa publicação de imagens está relacionada, entre outras coisas, com a disseminação de tecnologias sem fio de conexão em rede, as quais possuem grande capacidade para a captura fotográfica, assim como para a imediata transmissão dos dados de imagens. Por outro lado, existe uma crescente oferta de suporte para esse tipo de publicação por parte de vários sites da web, principalmente daqueles que investem na formação de redes sociais. Isso

sem falar no mútuo incentivo que os integrantes de tais redes praticam, retribuindo a publicação de fotos com a postagem de suas próprias imagens, comentando e expressando satisfação diante das incontáveis fotos amadoras que são partilhadas entre pares. Tudo isso repercute em um exponencial aumento do compartilhamento em rede de fotos testemunhais e de autorretratos.

A esse propósito, um estudo sobre o “autorretrato em rede” realizado por Cruz e Araujo constata que, com a disseminação do compartilhamento de fotos na web, “surge um intenso movimento de voltar a câmera para si” (2012, p. 112). Tendência que culmina com a ampla utilização da dupla câmera dos aparelhos celulares e/ou dos smartphones. Torna-se cada vez mais comum para um indivíduo ter em mãos uma máquina que realiza o mesmo tipo de captura de imagens que vinha sendo feita a partir das webcams dos computadores de mesa.

Com o compartilhamento desse tipo de imagem, variam largamente os gradientes de exposição pessoal, mas é muito recorrente a *presença de um rosto*. Não é de se admirar que o Facebook conteña em seu nome o cerne de sua potencialidade: o de ser um *livro de rostos* onde cada um apresenta, de algum modo, sua face e onde todos podem ser apreciados em suas características singulares. O incremento dos perfis é, a propósito, uma tendência que só faz crescer nos últimos anos, chegando a produzir a “linha do tempo”, onde o perfil adquire ares biográficos, de maneira que os conteúdos que são partilhados adquirem coloração inteiramente pessoal. Pode ser uma notícia que foi lida em um portal jornalístico, um vídeo assistido no YouTube, um *post* retirado de um blog, o que importa é que a cada vez que o indivíduo leva aos círculos sociais que frequenta conteúdos que encontra na internet e pelos quais tem algum tipo de apreço ele expõe algumas de suas feições. Isso se dá pela expressão de interesses, gostos, preferências que ficam patentes nas escolhas que faz através do disperso material *on-line*. De caráter ainda mais manifesto é o compartilhamento de matéria proveniente da vida *off-line*, como fotos, vídeos, narrativas, depoimentos, opiniões, dúvidas e mesmo pudores. Não é incomum que tais conteúdos ignorem fronteiras que oferecem algum tipo de resguardo à vida íntima ou

privada. Mas, tamanha abertura para a publicação da privacidade não ocorre à revelia dos olhares de quem participa da rede. Existe um empenho que é facultado aos “compromissos com rosto”, ainda que de maneira inteiramente diversa das interações face a face: o de ser reconhecido no mesmo ato em que se concede reconhecimento ao outro. Tal empenho se revela no permanente cultivo de laços sociais.

Criar e manter laços sociais são atividades delicadas, como se sabe. Exige atenção, habilidade, disposição, tato. Decorre daí muito do que se tem a compreender sobre a incrível adesão dos usuários que faz com que o Facebook desponte entre as redes sociais *on-line* mais frequentadas do mundo. É próprio da plataforma oferecer um serviço que opera como facilitador na formação de laços sociais. Tudo começa com um levantamento da totalidade dos usuários com os quais um indivíduo recém-cadastrado já tenha estabelecido algum tipo de contato. Isso se faz pelo recurso ao histórico das trocas de *e-mail* do utilizador que acaba de chegar (após obter seu consentimento, naturalmente). Por um artifício tecnológico simples fica disponível ao novo usuário um catálogo de ofertas, em que se encontram os nomes e as imagens dos perfis de indivíduos com os quais ele já trocou *e-mail* e que, como ele, estão ali para tecer laços sociais. Vale lembrar, sempre laços de “amizade”.

Existe uma dúvida generalizada quanto à natureza da amizade que é cultivada nas redes sociais *on-line*. A pergunta padrão é “são todos realmente amigos?” Existe também uma ênfase mais quantitativa para a mesma questão, que é “alguém tem realmente centenas de amigos?” Em um trabalho sobre *as ligações digitais*, Antonio Casilli aborda esse tema oferecendo um interessante encaminhamento. Primeiramente Casilli observa que aquilo que no Facebook “nós designamos convencionalmente pelo nome de ‘amizade’ é um tipo de ligação inteiramente específica dos ambientes sociais da web” (2010, p. 270). Isso significa aceitar que, embora possua a mesma denominação de um vínculo social *off-line*, trata-se de um tipo de laço que não existe senão nas dinâmicas típicas do mundo *on-line*. O autor prossegue comentando que na língua inglesa “essa amizade assistida por computador toma o nome de *frinding*. O neologismo nomeia o ato de

‘amigar’ ou de ‘tornar-se amigo de’ alguém” (*Idem*, p. 271). Não é de se admirar que essa forma de ligação assuma o estatuto de uma *ação*, uma vez que abarca o movimento voluntário e persistente de tecer e manter laços *on-line*, sejam quais forem as motivações dos indivíduos. E esse exercício de tornar-se amigo, invariavelmente, está condicionado às possibilidades e às restrições dos sistemas informáticos.

No Facebook, por exemplo, o catálogo de potenciais amigos é composto de indivíduos que, de alguma maneira, são familiares para quem os recebe como opção, de forma que a visão dos perfis constitui uma espécie de reencontro. Por isso grandes surpresas, múltiplos afetos, interesses variados ficam envolvidos no olhar para as faces que ali se dispõem. E não há impeditivo algum para a opção por *adicionar aos amigos* que é colocada logo abaixo de cada perfil; ao contrário, basta um movimento muito simples, um *click*, para dar início a um novo laço social ou para atualizar algum anteriormente existente. Isso não antes, porém, de receber uma aceitação do suposto amigo.

O envio de uma proposta de amizade e uma subsequente resposta ficam registrados no sistema do site e o vínculo firmado é tornado público para as redes de relações sociais de cada indivíduo empenhado no estabelecimento do novo laço. Isso coopera para fazer do Facebook um ambiente onde se *fica à vontade*, na medida em que seus frequentadores são convidados a se assegurar da consistência dos laços ali formados. A proposta é que ali sejam todos amigos ou amigos de amigos. Quanto mais à vontade os indivíduos se sentem, mais podem compartilhar suas singularidades, ao mesmo tempo que os amigos só fazem se multiplicar. Isso porque, mais que um facilitador na confecção de laços sociais, o Facebook tem-se revelado um incorrigível fomentador de redes sociais. Superado o momento da chegada, há sempre novos amigos potenciais que são ofertados, com seus devidos perfis, cada qual com atrativos mais ou menos interessantes para os outros. Trata-se, em todo caso, dos atrativos de um antigo conhecido que ainda não havia sido encontrado entre os muitos frequentadores. Ou, então, dos atrativos de um amigo de amigo.

Tudo isso contribui para a multiplicação dos laços sociais entre os utilizadores de um serviço que

incita a formação de redes sociais, ou melhor, de *networking*. O termo *networking* refere-se ao “processo ativo de construção, manutenção e sustentação de um conjunto específico de relações mutuamente consideradas”, como define Hogan (2009, p. 14). As facilidades tecnológicas pouco ou nada valeriam, entretanto, na ausência de algum comprometimento entre aqueles que se expõem no perfil ou na *timeline* que o Facebook disponibiliza para cada usuário. Trata-se de espaços que o serviço oferece para a publicação de todo o material que o indivíduo compartilha com a rede e que podem assumir qualidades estritamente biográficas na forma da linha do tempo. O serviço cuida de comunicar ao círculo social de cada usuário a inserção de um novo conteúdo, como também comunica a criação de um novo laço, o *começo de uma nova amizade*, para usar os termos nativos. Tudo fica registrado nos comentários que os outros fazem em torno do material compartilhado.

Essa espécie de memorando da trajetória individual pelo Facebook pode assumir variados graus de publicidade. Fica a critério do utilizador fazer uma escolha pelo acesso autorizado apenas a amigos ou, no outro extremo, pela irrestrita abertura do conteúdo, ou, ainda, pela intermediação dos amigos em comum, situação em que também os amigos de amigos ficam aptos a apreciar os conteúdos disponibilizados. No último caso os amigos em comum abrem caminho para a descoberta de possíveis afinidades entre indivíduos com quem já firmaram algum tipo de ligação. E as possibilidades de identificação entre os indivíduos, cada um com suas idiossincrasias, se ampliam na mesma medida em que cresce a riqueza de detalhes pela qual cada um se expressa. Tais identificações podem ocorrer no compartilhamento de fotos dos filhos ou de um fim de semana deleitável, como também na comunhão de um gosto musical e até mesmo na solidariedade de um estado de humor momentâneo. Uma vez esboçados pontos de afinidade entre dois indivíduos, fica facultada a formação de um novo elo fundado em *homofilia* (Watts, 2009; Boyd, 2009). Mas, para tanto, é imprescindível que os integrantes das redes sociais levem adiante o investimento na ligação, o que envolve um convite para iniciar uma amizade, como também um comprometimento com os ami-

gos. Tal dinâmica encontra força vital na constante atração pelo laço social *per se* que se realiza na sociabilidade.

A partir do conceito simmeliano de sociabilidade podem ser elencadas algumas características que permitem elucidar a peculiaridade desse modo de relação social para, então, estimar as novas configurações manifestas pela sociabilidade em rede. Para Simmel, a sociabilidade exprime a própria formação de sociedade como um valor, sendo seu exercício caracterizado basicamente “por um sentimento, entre seus membros, de estarem sociados, e pela satisfação derivada disso” (Simmel, 1983, p. 168). Ele argumenta que “o ‘impulso de sociabilidade’ extrai das realidades da vida social o puro processo da sociação como um valor apreciado, e através disso constitui a sociabilidade no sentido estrito da palavra”. Nesses termos “é compreensível que a pura forma, por assim dizer, a inter-relação interativa, suspensa, dos indivíduos seja enfatizada de maneira mais vigorosa e efetiva” (*Idem*, p. 169). É uma interação suspensa diante das outras, na medida em que dispensa qualquer motivação que não o associar-se como tal. Nada se espera além do exercício sociável de estar junto com os outros e das satisfações que são provenientes disso. A confecção de vínculos sociais ergue-se, portanto, sobre os propósitos subjetivos e/ou objetivos que lhe sejam alheios, promovendo formas muito próprias de ação recíproca, distintas, por exemplo, das formas que assumem os contornos de interações econômicas ou políticas. Daí uma série de características que trazem especificidade a esse tipo de relação social.

Uma importante característica que faz da sociabilidade uma peculiar forma social é seu caráter lúdico. Trata-se de uma qualidade central para que seja alcançado um mínimo de autonomia diante de outras motivações e interesses que conduzem os indivíduos à vida comum e interativa. A condição lúdica é necessária para que a sociabilidade cumpra seu propósito, considerando que “seu alvo não é nada além do momento sociável e, quando muito, da lembrança dele” (*Idem*, p. 170). Não há que se pensar, contudo, na prevalência do lúdico como algo que corresponde a uma espécie de irrealidade. O que ocorre é uma abstração de contextos em que o curso das relações sociais é carregado de densida-

de. E a matéria prima dessa forma lúdica de interação encontra-se nas qualidades pessoais dos envolvidos, tais como amabilidade, atenção, cordialidade, sensibilidade.

Em sua forma pura, a sociabilidade possui também como atributo fundamental a busca de igualdade na ação recíproca. Ela faz valer o princípio segundo o qual “cada indivíduo deveria oferecer o máximo de valores sociais (de alegria, de realce, de vivacidade etc.), compatível com o máximo de valores que o próprio indivíduo recebe” (*Idem*, p. 172). Isso faz com que a satisfação individual se veja atrelada à satisfação do outro. É, antes de tudo, uma espécie de jogo de equalização das diferenças “através do qual o indivíduo forte e extraordinário não só se nivela aos mais fracos, mas inclusive age como se o mais fraco fosse superior e mais valoroso” (*Idem*, p. 173). O cuidado em estabelecer modos de interação que se dão “entre iguais” garante um mínimo de mutualidade entre os indivíduos, considerando que “cada um deles deve obter valores de sociabilidade para si mesmo apenas se os outros com quem interage também os obtêm” (*Idem, ibidem*).

Como a matéria privilegiada do prazer sociável se recolhe em qualidades pessoais, tais como a simpatia, a amabilidade, o esmero, é preciso que o indivíduo efetivamente tenha tato para observar os limites que regulam as reivindicações puramente subjetivas de alguém em relação a seus atributos objetivos, como a posição social ou a ocupação profissional, que podem comprometer a simetria dos laços sociais. Por tudo isso a sociabilidade se dá por uma abstração das diferenças objetivamente traçadas – classe, renda, grau de instrução – e pela expressão das qualidades pessoais que se mostram socialmente atraentes. Trata-se de um costumeiro respeito ao que Simmel define como sendo os “limiares da sociabilidade”, limiares que cooperam no sentido de um equilíbrio que ajuda a dar forma às relações sociáveis (*Idem*, p. 171). Tais limites se definem habitualmente pelo afastamento, em situações típicas de sociabilidade, de todos os atributos objetivos que os indivíduos trazem consigo e que demarcam distinção entre eles. Por outro lado, é comum que haja uma dosagem de discrição pela qual o ser sociável evita exibir seus traços subjeti-

vos mais genuínos e profundos, ou seja, sua singularidade, também fonte de diferenciação entre os indivíduos.

A atenção aos limites que sustentam um mínimo de igualdade e reciprocidade é uma das principais regras dos *jogos sociais* que são característicos da sociabilidade. Simmel observa que essa forma específica de ação recíproca tende a incorporar o duplo sentido do “jogo social”, argumentando que, em tais circunstâncias, “o jogo não só é praticado em uma sociedade (como seu meio exterior), mas que, com ele, as pessoas ‘jogam’ realmente ‘sociedade’” (*Idem*, p. 174). Isso significa dizer que os indivíduos se apropriam das formas de interação que são sociologicamente significativas para o coletivo que constituem e lhes imprimem coloração lúdica. Efetivamente *brincam* com seus modos de relação social, promovendo sobre eles, por exemplo, algum tipo de hipóstase ou de inversão de sentido. Fazem isso ao abstrair as formas pelas quais exercem a interação de qualquer gravidade que lhes é rotineiramente adequada e a compor com elas modos satisfatórios de estar juntos.

A prática da conversação é muito elucidativa dessas dinâmicas interativas que dão consistência à concepção da sociabilidade como forma pura e lúdica de sociação. Simmel pondera que “na seriedade da vida, as pessoas conversam por causa de algum conteúdo que querem comunicar ou sobre o qual querem se entender, enquanto que numa conversa social, conversam por conversar” (*Idem*, p. 176). E, nesse contexto, conversar por conversar não significa “mera tagarelice”, antes, diz de uma redefinição de prioridades. Isso porque “numa conversação puramente sociável, o assunto é simplesmente o meio indispensável para a viva troca de palavras revelar seus encantos” (*Idem, ibidem*).

É notável como as redes sociais que se desenvolvem no Facebook são afeitas à sociabilidade. Incorporam o caráter simétrico e lúdico que a define. Fazem-no, em grande parte, pelas características típicas do serviço: todos são amigos, as trocas se fundam em compartilhamento, em comentário e no indelével *curtir*. Enquanto o compartilhamento prima pela disposição de material humano, em que todos se reconhecem de alguma maneira, os comentários reforçam os traços comuns e, no mais

das vezes, são efusivos. Assumem aspecto de uma conversação puramente sociável, ainda que a conversa não aconteça por meio de palavras e frases, mas pelo uso de símbolos do teclado para expressar uma risada, uma aprovação ou um incômodo, de modo que há sempre a exposição de uma habilidade para levar adiante a reciprocidade do vínculo. Muitas vezes os comentários que se desdobram em longas conversações nada manifestam senão a relação entre os envolvidos e a dedicação de cada um deles em cultivar tais relações. Na ausência de tempo ou criatividade, fica dada a opção de simplesmente curtir aquilo que o outro traz para o fascinante jogo das relações sociais.

As redes de sociabilidade são, a propósito, muito receptivas às dinâmicas típicas de jogos. Tendem a incorporar tanto os jogos propriamente ditos, como também os “jogos sociais” no sentido proposto por Simmel. Sinais do aspecto lúdico que acompanha os jogos da sociabilidade nas redes sociais *on-line* são o bom humor e a leveza, quando não o entusiasmo, continuamente reiterados nos comentários que se tecem entre os amigos de Facebook. Ainda mais evidentes ficam os jogos de sociedade que se servem dos vários aplicativos que circulam nas redes sociais, promovendo *brincadeiras* e envolvendo relações sociais que, embora aparentemente inconsequentes, contêm potencial criativo para fazer surgir novas formas de laço social e de constituição de coletivos.

No curso desses jogos de sociedade vem sendo esboçada uma nova forma da sociabilidade. Uma das novidades que ela evidencia opera na medida em que são continuamente transpostos os “limiares da sociabilidade”, fundamentais na concepção de Simmel, para manter a simetria entre os indivíduos que estão em interação face a face. Isso diz respeito, como vimos, a certa discrição quanto a fatores de cunho mais subjetivo, normalmente resguardados sob o domínio da vida privada. É exatamente nessa direção que o compartilhamento em rede praticado no Facebook vem transpondo largamente os costumeiros limites da sociabilidade. Os relacionamentos sociáveis entre pares na rede penetram, com muita frequência, na esfera privada e apontam para a formação do que pode ser denominado por “comunidade íntima a tempo inteiro” (Matsuda *apud* Castells *et al.*, 2009,

p. 117), de maneira que a sociabilidade começa a ser extraordinariamente vazada pelo compartilhamento de sentimentos e de emoções.

Entre os integrantes das redes sociais, o uso expressivo dos recursos comunicacionais tem se tornado mais intenso que o uso instrumental (Ling e Yttri *apud* Castells *et al.*, 2009, p. 197). Tal expressividade atua como um catalisador na formação e no incremento dos laços sociais. É assim que os frequentadores de redes sociais, individualmente ou em coletivos, podem partilhar uns com os outros, muitas vezes de forma imediata, ou um registro em imagem, ou o relato preciso de cada experiência vivida, onde quer que ela se dê, por mais íntima seja, desde que as condições tecnológicas de conexão sejam satisfeitas. Pelo afrouxamento dos limites entre a vida puramente subjetiva e a objetiva se apresentam as similaridades pelas quais são tecidos os elos entre indivíduos distintos em suas singularidades.

A nova forma da sociabilidade que emerge entre os frequentadores dessas redes comporta configurações dinâmicas nas quais similaridade e diferença se convocam mutuamente. Quanto mais são expressas as particularidades dos indivíduos que interagem uns com os outros, mais vigoroso é o investimento nos laços que os ligam entre si, mesmo que isso se dê à custa de um mínimo de exposição de suas vidas pessoais. Os indivíduos estão envolvidos, afinal, em uma partilha que não provoca nenhum tipo de esgotamento, considerando que “quando oferecemos ao nosso entorno social a imagem de nossa personalidade, ao acolher em nós mesmos aquela dos outros, essa troca de maneira alguma reduz a posse de si” (Simmel, 1987, p. 54). Pode-se dizer que, no limite, as trocas em torno de conteúdos pessoais que caracterizam a web social favorecem uma intensificação das individualidades envolvidas.

A ideia de que as trocas entre os integrantes das redes sociais podem contribuir para uma intensificação das individualidades faz valer o argumento de que “o novo padrão de sociabilidade em nossas sociedades é caracterizado pelo individualismo em rede” (Castells, 2001, p. 108). Trata-se de um argumento baseado na concepção de *networked individualism*, que vem sendo desenvolvida há alguns anos por Barry Wellman e que adquire consistência no âmbito das redes sociais *on-line*, mais fortemen-

te ainda a partir da disseminação do uso das tecnologias de conexão sem fio (Wellman, 2002 e 2004). Os círculos sociais tornam-se mais personalizados a cada dia. É muito improvável que se encontre réplicas de círculos sociais no Facebook, como também em outros sites de rede social, uma vez tomada a perspectiva da página do usuário. Por mais que existam as grandes somas de amigos em comum fica manifesta uma inclinação para a personalização dos coletivos de relação social. Torna-se cada vez mais complexa a tarefa de delimitar conjuntos de indivíduos a partir de categorias vinculadas a lugar ou a parentesco. De modo que a transformação da sociabilidade sugere um “deslocamento da comunidade para a rede como forma central de organizar a interação” (Castells, 2003, p. 106), uma vez que isso implica “no surgimento de um novo sistema de relações sociais centrado no indivíduo” (*Idem*, p.108).

Se antes do advento das novas tecnologias de informação e comunicação as relações sociais eram realizadas nos encontros face a face e/ou enraizadas em lugares – a casa, o lugar público de encontros, uma ligação por telefone fixo –, a internet e os dispositivos de conexão a ela, principalmente aqueles que ficaram conhecidos como *wireless*, concedem uma importância particular às relações de indivíduo a indivíduo, uma vez que envolvem indivíduos conectados em rede. O que está em jogo no argumento do autor da concepção do individualismo em rede diz respeito ao fato de que a presença da internet e da comunicação móvel em nossas vidas introduz uma modificação de grande envergadura em nossas ações sociais, as mais banais. Trata-se da possibilidade de se servir da comunicação de pessoa a pessoa ou daquela dos indivíduos com os grupos sociais de que eles participam, de maneira cômoda e permanente, onde quer que se esteja e onde quer que os outros estejam.

Wellman demonstra bastante apreço à ideia de individualismo em rede justamente porque, a seu ver, a conexão à web 2.0 através das novas TICs dá liberdade a cada um de mudar de laços e de redes quando e de onde ele quiser ou puder. Sem perder suas conexões, cada qual, enquanto indivíduo, administra suas relações pessoais e em rede para obter, em função de suas necessidades de informação,

interação e atuação, uma colaboração, um suporte afetivo, talvez um sentimento de pertencimento, que venham em seu auxílio. Eles podem, por conseguinte, estar conectados par a par – isto é, numa conexão indivíduo a indivíduo – ou a diferentes pessoas, pertencentes a diversas redes sociais.

Existe aí, entretanto, uma tendência algo surpreendente pela qual “a cultura do individualismo não conduz ao isolamento, [conduz] antes à alteração dos padrões de sociabilidade em relação aos contactos que são cada vez mais seletivos e autodirigidos” (Castells *et al.*, 2009, p. 184). No bojo dessa tendência se vê “o desenvolvimento de redes de sociabilidade baseadas na escolha e na afinidade, quebrando as barreiras organizacionais e espaciais dos relacionamentos sociais” (*Idem*, p. 185). Isso é acentuado pela posse de uma tecnologia sem fio de conexão em rede, por meio da qual o indivíduo amplia largamente sua acessibilidade no mesmo movimento em que se vê em condições de escolher e gerir as interações sociais que realiza. Cada vez mais se observa junto ao uso instrumental desses aparelhos sem fio a vigência de uma comunicação prioritariamente expressiva através de mensagens escritas repletas de “romance e *flirt*, piadas e conversa geral”, nos termos de Castells (*Idem*, p. 197, nota 10). Esse uso expressivo frequentemente atua “como um catalisador para a construção e o fortalecimento do grupo de pares” (*Idem*, p. 197).

A expressividade por meio de textos, assim como a exposição das faces, insere-se em um processo de legitimação intersubjetiva dessa nova forma da sociabilidade que está sendo criada nas interações da web relacional. São atitudes que ajudam a tornar “objetivamente acessível e subjetivamente plausível” (Berger e Luckmann, 1987, p. 127) um tipo de vínculo que se desenvolve a partir dos sites de rede social e que não corresponde a nenhum outro que se dê em situação de copresença. Pela recíproca ação dos indivíduos, as redes de sociabilidade *on-line* tornam-se plausíveis como legítima forma de vida social, embora ainda não estejam firmados os significados partilhados que forneçam uma explicação coerente para o conjunto de práticas que a compõem. E, de modo indissociável à emergência dessa nova forma de constituição de coletivos, uma possível nova forma de individualidade se vêemer-

gir. Isso ocorre à medida que a biografia individual passa a integrar os novos modos de expressão de si e de recepção do outro.

A expressividade e a publicação do privado

Para além das novas formas de sociabilidade, outras mudanças ocorrem nas redes sociais que habitam a internet e que têm em comum um mesmo *a priori* tecnológico – a web como plataforma, a web relacional, participativa. Tal *a priori* as torna capazes de operar por um modo que é próprio desse tipo de rede, isto é, por difusão horizontal, de forma descentralizada e interativa, com grande poder de disseminação no interior dos coletivos que agrupa. Cria-se, assim, espaços de troca e compartilhamento entre indivíduos que são, em princípio, parceiros na animação desses espaços, qualquer um deles estando em condições de tomar a palavra e fazer uso de seu poder de enunciação para o público formado por seus pares. Não raro essa tomada de palavra virá acompanhada de farto material sonoro e de imagens, fixas ou em movimento. O Facebook, mas também o Twitter, fornece certamente exemplos privilegiados dessa expansão das possibilidades de expressão e atuação no domínio do espaço público.

Evidentemente, esse alargamento de possibilidades não deve ser supervalorizado, uma vez que os enunciados, ainda que de domínio público, encontram sua audiência nas redes que são sensíveis a eles, poucas vezes sensibilizando grandes parcelas da teia de redes que constitui o serviço. “Decerto eles [os participantes das redes sociais] falam em público”, admite Dominique Cardon, mas a seus olhos, “esse público, sem possuir uma fronteira absolutamente estanque, está limitado a uma zona de interconhecimento, um lugar mais ou menos fechado, um território que conservará as palavras em seu próprio perímetro, antes de deixá-las evaporar” (Cardon, 2009, s.p.). Seja lá como for, um site de rede social como o Facebook oferece uma importante margem para a manifestação pública do usuário ordinário do site. Com isso, aumenta de modo considerável a expressividade, tanto quanto a subjetividade da participação dos membros da rede.

A enunciação na primeira pessoa, o uso intenso de tonalidades afetivas diversas – do mesmo modo que uma frequência inusitada de enunciados exclamativos –, a presença forte da veemência e do entusiasmo nas trocas, até quando envolvem um raciocínio lógico ou argumentativo, e outras tantas marcas do gênero, na mesma medida em que a expressividade envolvida nas manifestações dos membros das redes, traem essa subjetividade (Allard e Vanderbergue, 2003, pp. 191-219). Atravessada pelo caráter pessoal, contaminada pelos traços fortes de uma expressão de si, essa tomada de palavra desequilibra as formas consagradas de intervenção no espaço público, introduzindo um relevante elemento de porosidade na superfície que tradicionalmente separa o público do privado: as formas antes reconhecidas e os lugares antes dedicados a essa intervenção tornam-se deformados e deslocados.

O Facebook, como outras redes sociais *on-line*, abre igualmente espaço para o exercício de uma forma nova de mediação, na qual a figura do mediador privilegiado – aquele que poderia ser chamado de especialista do interesse público ou do bem comum – perde muito de seu poder como *expert*, assim reconhecido em um dado domínio da experiência, em benefício de membros comuns ou de coletivos dessas redes, especialistas nesse mesmo domínio, e colocam sua competência à disposição de seus pares. O espaço público da internet se torna desse modo um lugar de encontro de aptidões, de confronto de dados de fato – através do acréscimo de relatos e imagens colhidos na vida cotidiana –, de verificação de informações por comparação e cotejamento de experiências, tudo isso acionado por uma nova forma de mediação, aquela que é feita pelos próprios pares. Não se pode desconsiderar, além disso, que esses sites de encontro e de interação, esses ambientes de expressão pública de subjetividades, dão lugar a formas inovadoras de debate público, na medida em que, uma vez publicada, a informação é objeto de toda a sorte de comentários, correções, adendos, modificações, transformando a esfera pública num local em que coletivos discutem as questões de seu interesse, sem as limitações costumeiras impostas pelo tempo e pelo espaço.

A prática do envio de mensagens privadas em público é comum nos sites de redes sociais. Apesar

de o Facebook ter um serviço de envio de mensagens – um tipo de conexão híbrida entre MSN e serviço de *e-mail* – que vão de pessoa a pessoa, diretamente e ao abrigo de outros olhares que não sejam o de seu destinatário, bom número de mensagens pessoais são enviadas como se fossem “cartas abertas”, visíveis e legíveis por todos os membros das esferas de relações dos correspondentes. Trata-se, aqui, de uma evidente objetivação da subjetividade para todos aqueles que têm acesso a esse material pessoal. Em outras palavras, quando uma correspondência multidirecional toma o lugar de uma unidirecional, esse fato outra coisa não faz senão pôr em destaque a porosidade da superfície de separação público-privado nesse ambiente. Isto nos leva a pensar que a esfera pública e a privada estão, no mínimo, passando por um processo de interpenetração ou de sobreposição; se é que as fronteiras que antes as separavam não estão sendo reconfiguradas, reconstruídas de uma forma que ainda não se estabilizou e que, por conseguinte, não possui, ainda, um perfil nitidamente definido. “O que outrora era endereçado a canais diferentes, observa Dominique Cardon, a comunicação interpessoal, por um lado, e a tomada de palavra pública, por outro, é doravante (parcialmente) reunificado pelos indivíduos num processo de fabricação identitária que associa a relação a si e a relação com o mundo” (Cardon, 2009, s.p.).

É fundamental ter em conta que com notável frequência encontra-se nas páginas pessoais de muitos participantes das redes sociais *on-line* dados biográficos, fotos e vídeos que dizem respeito à sua vida privada, isto é, todo esse manancial de informações – por vezes interno aos contornos da vida íntima deles – foi disponibilizado pelos próprios autores/atores desse material. E isso foi realizado de modo tão voluntário quanto à postagem pública de correspondência privada, motivo pelo qual é razoável pensar que, para muitos, há interesse, talvez mesmo necessidade ou prazer em tornar pública a sua vida privada. Tem-se, por conseguinte, boas razões para crer que, para além da mera confusão de esferas (pública e privada), magnífica em sua inconsequência, estamos diante de novas modalidades de expressão de si propiciadas pelas redes sociais *on-line*. E que essas novas modalidades estão longe de ser algo como mera inconsequência.

As novas modalidades de expressão de si que essas redes sociais potencializam têm sido diversamente analisadas e apreciadas. Apesar do evidente caráter relacional que elas manifestam, não são raras as análises que procuram compreender o fenômeno pelo viés da busca de celebridade (ainda que de proporções muito reduzidas), usando critérios psicológicos e privilegiando o narcisismo como o elemento motivador da ação. Dessa forma, uma prática relacional tal como a interação realizada pelo membro comum dessas redes, envolvendo um processo de subjetivação sempre dirigido ao outro e à procura de uma recepção favorável, passa a ser compreendida como tentativa de obtenção de alguns minutos de fama na rede. Ou, o que é mais sério, passa a ser observada por um olhar patologizante, que pretende descobrir no distúrbio afetivo a razão de ser de um exercício eminentemente relacional, carregado de sociabilidade.

Ora, é indiscutível que, no Facebook ou em outras redes aparentadas com ele, correm caudalosos fluxos de vida relacionais, na medida em que os bens e os produtos que as irrigam são poderosos instrumentos de afiliação e de confirmação pelos outros; são os pares que, na verdade, estimam e valorizam a participação de cada um. A rede dos “próximos”, de “gente como a gente”, é percebida como suficientemente competente para fornecer a observação atenta, o comentário apropriado ou a interpretação esclarecedora. Aquilo que é oferecido aos olhos dos amigos – e, em escala minúscula, aos dos amigos de amigos – tem por objetivo obter o reconhecimento, a aprovação e a legitimação inter-subjetivos de que se precisa.

Considerações finais

Nas redes de sociabilidade *on-line*, os membros são conhecidos pelas mesmas características costumeiramente utilizadas para a identificação dos indivíduos na vida *off-line*, a saber, sua fotografia, sua idade, seu gênero, sua atividade profissional, e assim por diante. O que os sites de redes sociais acrescentam de novidade a esses signos indicativos de identidade é a possibilidade de disponibilizar neles um sem número de outras informações e tra-

ços individuais que servem para consolidar as marcas identitárias dos participantes. Assim é que, visando a rede de amigos que se possui, todo tipo de informação ou comentário postado, todo tipo de bem cultural a que é oferecido acesso, concorre para aumentar a visibilidade do indivíduo e enriquece seus índices de identificação. Essas contribuições tornam-se, por conseguinte, importantes operadores de aceitação pelos outros e de pertencimento ao grupo de amigos. Um interessante processo é, então, desencadeado pelas trocas entre pares. Por um lado, certo número de traços identitários agrupa indivíduos que possuem afinidades e, por outro, essa aproximação “afinária” frequentemente é acompanhada por demonstrações de distinção, das inevitáveis diferenças entre pares. Seja lá como for, esse movimento ambíguo de identificação e distinção com relação aos outros está a serviço da produção de vínculo social. A indecisão que se estabelece entre identidade e diferença é fundamentalmente relacional.

Pensa-se frequentemente o indivíduo a partir de certo número de características distintivas, não raramente emparelhadas, tais como são autonomia e responsabilidade, posse de direitos e de deveres, liberdade de escolha e obediência aos códigos coletivos, entre outras. Além disso, quase sempre se considera que uma intensificação dessas características se faria *pari passu* com a consolidação da modernidade. Contudo, no interior das redes sociais *on-line*, é como se estivéssemos sendo testemunhas de uma nova experiência da individualidade, talvez ainda sem uma nítida figura de conjunto que permitisse traçar uma delimitação precisa. Uma coisa parece garantida, em todo caso: esse indivíduo de natureza incerta que encontramos nas redes sociais *on-line* possui uma identidade bastante interessante. Na constituição de sua identidade no seio dessas redes, na apropriação de si mesmo que se faz nos sites relacionais, na definição daquilo que lhe é próprio, ele opera como uma expropriação constitutiva. Dito de outro modo, o processo de apropriação de si mesmo pelo indivíduo não se faz sem a fundamental intervenção do outro no próprio âmago de sua identidade.

Nessas condições, não se pode falar de subjetividade ou de interioridade do sujeito como sistemas autônomos à maneira como as concebemos

na modernidade, uma vez que elas não podem ser como são senão às custas da presença do outro como uma espécie de refém seu. De fato, “o conceito de *subjetividade* pertence, *a priori* e em geral, à ordem do *constituído*”; com efeito, “não há subjetividade constituinte” e isso pela boa razão que, nesse caso – como em tantos outros –, “o mesmo só é o mesmo afetando-se do outro” (Derrida, 1967a, pp. 94-95). É evidente que, nesse contexto, tal afirmação não corresponde em absoluto a uma negação ou a uma desqualificação da identidade dos indivíduos que povoam as redes sociais *on-line*. Não se trata, tampouco, de um processo de asfixia dela pela alteridade. Trata-se, antes, de considerar que o outro que se faz hóspede do idêntico é aqui fonte de diferenciação e, assim, fonte de identidade. Para o idêntico é, por conseguinte, fonte de vida, condição de existência.³

Notas

- 1 Embora à época da web dita instrumental existissem protocolos de comunicação na forma de salas de bate-papo, a exemplo dos IRC e mIRC, assim como mensageiros instantâneos, tais como ICQ ou MSN Messenger, esses protocolos tinham muito pouca importância no conjunto da web de então.
- 2 Parte dessa exploração sobre o tema da sociabilidade nos parágrafos que se seguem foi desenvolvida sob outra perspectiva em Cypriano (2013).
- 3 Um raciocínio análogo foi desenvolvido a respeito do Twitter em Santos e Cypriano (2010).

BIBLIOGRAFIA

- ALLARD, L. e VANDERBERGUE, F. (2003), “Express Yourself! Les pages perso entre légitimation techno-politique de l’individualisme expressif et authenticité réflexive peer-to-peer”. *Réseaux*, 117 (1): 191-219.
- ALLARD, L. (2007), “Émergence des cultures expressives, d’internet au mobile”. *MédiaMorphoses*, 21: 19-25.
- BECK, U.; GIDDENS, A. & LASH, S. (1995), *Modernização reflexiva*. São Paulo, Editora da Unesp.

- BERGER, P. & LUCKMANN, T. (1987), *A construção social da realidade*. Petrópolis, Vozes.
- BOLTANSKY, L. & CHIAPELLO, E. (2009), *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora.
- BOYD, D. (2008), “Understanding socio-technical phenomena in a web2.0 Era”. *MSR New England Lab Opening*, 22, set. Disponível em <http://www.danah.org/papers/talks/MSR-NE-2008.html>; consultado em 2/8/2013.
- BOYD, D. (2009), “Streams of content, limited attention: the flow of information through social media”. *Web 2.0 Expo*, 17, nov.
- CARDON, D. (2009). “*Vertus démocratiques de l'internet*”. Disponível em <http://www.laviedesidees.fr/Vertus-democratiques-de-l-internet.html?lang=fr>; consultado em 5/3/2011.
- CASILLI, A. (2010), *Les liaisons numériques: vers une nouvelle sociabilité?* Paris: Éditions du Seuil.
- CASTELLS, M. (2001). *A sociedade em rede*. Vol. 1: *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo, Paz e Terra.
- _____. (2003), *A galáxia da internet*. Rio de Janeiro, Zahar.
- CASTELLS, M.; FERNANDEZ-ARDÈVOL, M.; QUI, J. L. & SEY, A. (2009), *Comunicação móvel e sociedade: uma perspectiva global*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- CRUZ, N. & ARAUJO, C. (2012), “Imagens de um sujeito em devir: autorretrato em rede”. *Revista Galáxia*, 23: 111-124.
- CYPRIANO, C. (2013), *Nas travessias da interface: as novas formas da vida social em rede*. Tese de doutorado em Sociologia, Belo Horizonte, UFMG.
- DERRIDA, J. (1967a), *La voix et le phénomène*. Paris, PUF.
- _____. (1967B), *L'écriture et la différence*, Paris, Éditions du Seuil.
- GENSOLLEN, M. (2010), “Le web relationnel: vers une économie plus social?”, in F. Millerand, S. Proulx e J. Rueff (orgs.), *Web social: mutation de la communication*. Québec, Presses de l’Université du Québec, pp. 93-110.
- GIDDENS, A. (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo, Editora da Unesp.
- GOFFMAN, E. (2010), *Comportamento em lugares públicos*. Petrópolis, Vozes.
- HOGAN, B. (2009), *Networking in everyday life*. A thesis submitted in conformity with the requirements for the degree of doctor of philosophy graduate, Department of Sociology, University of Toronto. Disponível em http://individual.utoronto.ca/berniehogan/Hogan_NIEL_10-29-2008_FINAL.pdf; consultado em 16/8/2013.
- JENKINS, H. (2008), *Cultura da convergência*. São Paulo, Aleph.
- LASH, S. (2001), “Technological forms of life”. *Theory, Culture and Society*, 18 (1): 105-120.
- LATOUR, B. (2005), *Reassembling the social: an introduction to actor-network-theory*. Nova York, Oxford University Press.
- O'REILLY, T. (2005), “What is web 2.0”. Disponível em <http://oreilly.com/web2/archive/what-is-web-20.html>; consultado em 9/4/2012.
- SANTOS, F. & CYPRIANO, C. (2011), “Blogs e wikis: duas formas de colaboração em redes sociais”. *Revista Ciência em Movimento*, 26: 7-19. Disponível em http://www.metodistadosul.edu.br/ciencia_movimento/conteudo_edicao.php?cod=122368&data=2011-08-12; consultado em 26/8/2011.
- _____. (2010), “Secreções digitais de subjetividade: blogs e microblogs”. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/57548826/Secrecoes-Digitais-de-Subjetividade>; consultado em 10/6/2011.
- SHIRKY, C. (2010), *A cultura da participação*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- SIMMEL, G. (1983), “Sociabilidade, um exemplo de sociologia pura ou formal”, in E. Moraes Filho (org.), *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo, Ática.
- _____. (1987), *Philosophie de l'argent*. Paris, PUF.
- _____. (1999), *Sociologie: études sur les formes de la socialisation*. Paris, PUF.
- SOUZA, Q. & QUANDT, C. (2008), “Metodologia de análise de redes sociais”, in F. Duarte; C. Quandt e Q. Souza (orgs.), *O tempo das redes*, São Paulo, Perspectiva.
- TUFEKCI, Z. (2008), “Grooming, gossip, Facebook and Myspace”. *Information, Communication & Society*, 11, (4): 544-564.

- WATTS, D. (2009), *Seis graus de separação: a evolução da ciência de redes em uma era conectada*, São Paulo, Leopardo.
- WEBER, Max. (2004), *Economia e sociedade*. Brasília/São Paulo, Editora da UnB/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- WELLMAN, B. (2002), “Little boxes, glocalization, and networked individualism”, in M. Tanabe; P. van den Besselaar e T. Ishida (orgs.), *Digital cities II: computational and sociological approaches*, Berlim, Springer, pp. 10-25.
- WELLMAN, B. (2004), “The glocal village: internet and community”. *Idea&s*, 1 (1): 26-29.

**REDES SOCIAIS, REDES DE
SOCIABILIDADE**

Francisco Coelho dos Santos e
Cristina Petersen Cypriano

Palavras-chave: Web relacional; Redes sociais; Sociabilidade; Expressividade; Individualidade.

A forma da sociabilidade que emerge nas redes sociais da internet encontra abrigo em uma web cuja utilização vem deixando de ser prioritariamente instrumental para se tornar fundamentalmente relacional. O Facebook reúne um conjunto de tecnologias e práticas exemplar dessa transição para a chamada web social. O presente trabalho parte da observação das dinâmicas interacionais que transcorrem nesse site para entender a especificidade da vida social tecida pelos usuários que ali se encontram. A partir daí são analisadas as características que esboçam o desenho de uma nova sociabilidade e discutidas suas repercussões para os integrantes das redes, no que tange aos novos modos de expressão de si, à redefinição das fronteiras entre o público e o privado e à própria experiência da individualidade.

**SOCIAL NETWORKS,
SOCIABILITY NETWORKS**

Francisco Coelho dos Santos and
Cristina Petersen Cypriano

Keywords: Relational web; Social networks; Sociability; Expressivity; Individuality.

The emerging form of sociability in social networking finds shelter on the Internet in a Web whose use comes to be less primarily instrumental to become fundamentally relational. Facebook brings together an exemplary set of technologies and practices of that transition to the so-called social Web. This paper starts from the observation of interactional dynamics that flow in that site to understand the specificity of social life woven by its users. From there the features that outline the design of a new sociability are analysed and its implications for members of the network are discussed, regarding the new ways of expressing themselves, the redefinition of the boundaries between public and private and the own experience of individuality.

**RÉSEAUX SOCIAUX, RÉSEAUX DE
SOCIABILITÉ**

Francisco Coelho dos Santos et
Cristina Petersen Cypriano

Mots-clés: Web relationnel; Réseaux sociaux; Sociabilité; Expressivité; Individualité.

Le genre de sociabilité qui émerge dans les réseaux sociaux d'internet trouve un abri dans un web dont l'emploi cesse d'être prioritairement instrumental pour devenir fondamentalement relationnel. *Facebook* réuni un ensemble de technologies et de pratiques exemplaires de cette transition vers ce que l'on appelle le web social. Ce travail s'origine de l'observation des dynamiques interactionnelles qui ont lieu dans ce site web en vue de comprendre la spécificité de la vie sociale construite par les usagers qui s'y trouvent. À partir de cela nous analysons les caractéristiques qui ébauchent le dessin d'une nouvelle sociabilité. Nous discutons aussi leurs répercussions pour les intégrants des réseaux en ce qui concerne les nouveaux modes d'expression de soi, à la redéfinition des frontières entre le public et le privé et à la propre expérience de l'individualité.